

# SINOPSES

**32º CONGRESSO DO SINPEEM**



DE 24 A 27 DE OUTUBRO DE 2023





## 32º CONGRESSO DO SINPEEM

DE 24 A 27 DE OUTUBRO DE 2023



# 24 DE OUTUBRO DE 2023

## EDUCAÇÃO PARA UM MUNDO NOVO

*\* Nilson José Machado*

Três banalidades temperam as considerações que fazemos sobre as inovações presentes no mundo nosso de cada dia. Em primeiro lugar, mesmo sem mexermos um músculo sequer, o novo chega de forma inexorável e todo dia é um novo dia. Em segundo lugar, mesmo quando a novidade é recebida com entusiasmo, sendo assimilada a nossos propósitos vitais imediatos, o novo não é um valor apenas por ser novo, nem sempre o novo é melhor que o velho. Em terceiro lugar, é fundamental e decisivo que não podemos projetar tudo: existe o imponderável. À parte isso, na escola e na vida, aprendemos a alimentar todos os sonhos do mundo.

Na trilha de Pessoa, apostamos que a vida certamente vale a pena, quando a alma não é pequena. Refletir sobre o valor da vida, sobre a vida como um valor, um valor que não tem preço, sobre a necessidade de partilharmos um elenco de valores inegociáveis quando nos situamos na perspectiva humana - eis aí um cardápio que continuamente nos desafia a manter acesa a chama e a modular nossa consciência e nossos apetites por inovações. Tal modulação nos conduz naturalmente ao universo dos projetos, dos valores que os lastreiam, das trajetórias vitais que os constituem.

Para tentar fugir tanto do elogio banal como da crítica reacionária, registremos algumas considerações sobre tal temática.

Um novo mundo era o que Colombo considerava ter encontrado, quando vislumbrou o que foi chamado de América, um lugar que foi utilizado para explorar riquezas naturais e lastrear moedas do antigo mundo muito mais do que inspirar novas ideias a respeito do mundo.

*\* Nilson José Machado, professor titular sênior da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), membro da Academia Paulista de Educação e autor de diversos livros, entre eles Educação - autoridade, competência e qualidade (2016), Educação - cidadania, projetos e valores (2016) e Integração de saberes (2018).*

# **Educação para um mundo novo: reflexões e compromissos de educadores**

*\* José Alves de Freitas Neto*

As demandas imediatistas do mundo contemporâneo parecem colocar o ato de educar em um descompasso que afeta a própria concepção de educação e o papel de educadoras e educadores nesse contexto. A proposta desta comunicação é refletir sobre questões fundamentais relacionadas à formação das gerações futuras para enfrentar os desafios de um mundo em constante transformação e, ao mesmo tempo, deve cultivar solidificar valores éticos, compromissos sociais, capacidade de ação, empatia e responsabilidade socioambiental.

No entanto, partimos da constatação de imensos desafios como o papel das tecnologias, a atuação cada vez mais frequente de mecanismos de inteligência artificial, a burocratização dos sistemas de ensino e a lógica de controle de órgãos governamentais são questões que minam a autoconfiança e a atuação de profissionais da educação que acreditam e lidam com a construção de uma sociedade com maior justiça, solidariedade, pensamento crítico, estímulo à criatividade e ao engajamento coletivo.

Se há novos desafios no atual contexto, é certo que muitas experiências e possibilidades também na área da educação. A educação é sempre um campo resiliente, ousado e capaz de apontar perspectivas que impedem a mera adesão a projetos de futuro sem compromisso político e ético, quase sempre resguardado no uso de tecnologias, nem no saudosismo de quem não consegue visualizar alternativas e as contínuas transformações para construirmos um mundo novo.

*\* José Alves de Freitas Neto, livre-docente do Departamento de História da Universidade de Campinas (Unicamp), mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), professor Unicamp desde 2003 e diretor da Comissão de Vestibulares da Unicamp (Comvest).*

# DAS BRINCADEIRAS DE RUA ÀS NOVAS TECNOLOGIAS: ESPAÇOS PARA DIFERENTES EXPERIÊNCIAS NO CURRÍCULO ESCOLAR

## Quando a escola é lugar de brincar

*\* Danielle Cristina Wolff*

A palavra “Educação”, em português, vem de “Educar”. E a origem da palavra educar, é do Latim EDUCARE que é uma derivação de EX (colocar na tela com o significado em seguida), que significa “fora” ou “exterior”, ou ainda extrair, tirar, desenvolver e DUCERE (colocar na tela com o significado em seguida), que tem o significado de “guiar”, “instruir”, “conduzir”. Ou seja, em latim, educação teria o significado de “guiar para fora” e esse fora poderia ser entendido tanto para conduzir para o mundo exterior quanto para fora de si mesmo. É uma atividade criadora, que visa levar o ser humano a realizar as suas potencialidades físicas, morais, espirituais e intelectuais. Faremos aqui, portanto, a interpretação conceitual que educar é criar condições de fazer emergir no ser humano o melhor dele mesmo.

Assim, um ambiente educador, seria um ambiente capaz de fazer emergir das crianças e dos adultos o melhor deles.

O que estaríamos chamando, então, de “melhor”?

A possibilidade ou capacidade de brincar, de criar, de inventar, de conectar coisas, de compreender coisas, de estabelecer relações variadas, de se encontrar cotidianamente com diferentes linguagens, de viver esse encontro de maneira compatível com as características, as forças, as formas de se relacionar com o meio, com os objetos e com as pessoas que as crianças têm em cada fase da vida, oferecendo para elas e para os adultos (sejam eles educadores, educadoras, pais e mães) a possibilidade de viver relações de aprendizagem que tenham grande significado.

Constituir um ambiente educador é um desafio e uma responsabilidade de adultos educadores que desejem oferecer um ambiente capaz de responder ao que, por excelência, é o modo das crianças de conhecer, de aprender, de buscar entender como o mundo funciona: o brincar.

A ideia é apresentar um relato que envolve a interpretação do que seja um ambiente educador que oferece diariamente muitas oportunidades às crianças de 6 meses a 6 anos de brincar, e como a brincadeira se apresenta como fonte de inúmeras aprendizagens.

*\* Danielle Cristina Wolff, doutoranda em Neurociências pela Université de Montréal, Canadá, mestre em Neurociências e graduação em Ciências Biológicas pela universidade de São Paulo (USP). Tem experiência na área de Neurociências e Neuroendocrinologia, com ênfase em Epilepsia do Lobo Temporal, Modelos Experimentais, Comorbidades Psiquiátricas e Diferenças Sexuais.*

# Brincar, a linguagem primordial das infâncias

*\* Valéria Pasetchny*

No contexto da educação infantil é imprescindível que consideremos como se desenvolvem as aprendizagens dos bebês e das crianças para que possamos organizar espaços, tempos, interações, materialidades e as narrativas, compostas pelas diferentes linguagens, tendo em vista, prioritariamente, os dois eixos estruturantes das práticas pedagógicas, propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) que são as interações e a brincadeira.

Nesse sentido, é necessário entender a criança como o centro do planejamento, ocupando papel ativo na construção de seus conhecimentos, e que através das experiências e relações que estabelece no cotidiano vivido, se constitui como sujeito.

Sujeitos únicos, singulares que com suas múltiplas infâncias vividas de várias formas, têm, por direito, que a Educação Infantil planeje e organize vivências para as suas diferentes manifestações expressivas.

O brincar, enquanto principal linguagem das infâncias, é o canal de aprendizagem da criança e também sua forma de produzir cultura, de se expressar, manifestar e constituir identidade.

Defender a Infância requer nosso compromisso com a manutenção, a propagação e a difusão das brincadeiras. Se, antes, elas eram passadas de geração a geração, atualmente, o tempo que as crianças permanecem nas Instituições é precioso para que, enquanto espaço multietário, a escola qualifique e preserve as culturas de brinquedos e brincadeiras infantis.

Nessa perspectiva, me proponho a discutir o lugar da brincadeira nas práticas cotidianas ressaltando a importância do brincar livre, autônomo e espontâneo como potencializador das interações e promotor das culturas infantis.

*\* Valéria Pasetchny, professora, pedagoga, especialista em Educação Infantil, pela Universidade de São Paulo (USP), pós-graduação em Gestão Escolar e Formação de Professores pelo Isevec.*

# O ESTADO DESIGUAL E AS DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO

*\* José Alves de Freitas Neto*

O Brasil é marcado por uma imensa desigualdade social que fica ainda mais evidente quando se observa o acesso à educação e, principalmente, as condições de ensino que são oferecidas. As escolas não são ilhas isoladas de um contexto complexo e imbricado pelas políticas públicas delineadas pelo Estado, o papel social atribuído à educação, a pouca valorização dos(as) profissionais da área, a forma como as famílias lidam com o planejamento e o estímulo à vida escolar, além de questões como a forte atuação da lógica empresarial na tentativa de produzir um ensino imediatista e técnico.

O Brasil enfrentou mudanças significativas nas últimas décadas, mas as desigualdades na educação persistiram como um desafio crucial. Desde o ano 2000, diversos planos e projetos foram apresentados e executados, garantindo maior acesso à educação básica, mas ainda existem regiões e grupos populacionais com acesso limitado à escola ou à escola em condições deploráveis de oferecimento do ensino.

A proposta da comunicação é analisar alguns indicadores de inclusão e, para além dos dados, pensar aspectos sobre a perpetuação das desigualdades e como elas são replicadas na educação. Partindo de teóricos como Pierre Bourdieu é necessário entender como as hierarquias sociais e econômicas se entrecruzam com o capital cultural das classes sociais mais privilegiadas, criando barreiras para o acesso e o sucesso dos alunos de grupos desfavorecidos e, ao mesmo tempo, as possibilidades de resistência e produção de um espaço escolar que seja efetivamente inclusivo e auxilie no combate às desigualdades existentes no país.

*\* José Alves de Freitas Neto, livre-docente do Departamento de História da Universidade de Campinas (Unicamp), mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), professor Unicamp desde 2003 e diretor da Comissão de Vestibulares da Unicamp (Comvest).*

# A SOCIEDADE E A ESCOLA ADOECERAM? QUEM ACOLHE O PROFESSOR?

## A sociedade do cansaço, a arte e os espaços de confiança

*\* Felipe Mello*

Nos últimos 22 anos, é rotina em minha vida a realização de atividades artísticas em espaços importantes para a vida coletiva, como hospitais e escolas da rede pública. Nas visitas, o desejo de promoção de bons encontros, pela arte e pela vida, onde residem diversas características práticas e simbólicas de maior relevância no que diz respeito à confiança comunitária. Como bastiões dos laços que preservam o respeito à vida coletiva, esses territórios pedem todo cuidado, tanto com seus públicos atendidos quanto com as suas equipes.

A tolerância aos maus tratos às escolas - terrenos grávidos de futuros - e aos hospitais - moradias de esperanças incomparáveis - denunciam uma sociedade em crise severa.

Nas escolas públicas, pelas expressões artísticas e atividades complementares realizadas com milhares de pessoas ao longo dos anos, percebi algumas competências humanas que apontam caminhos promissores: a consciência, o equilíbrio emocional, o diálogo com o diferente e a amabilidade.

Cada uma pode contribuir, se apresentadas e nutridas com zelosa e inspirada resiliência, para o périplo que intenciona levar ao bem-estar individual e coletivo. Parece fundamental alimentar um punhado de utopia, caso queiramos chegar e auxiliar na chegada alheia ao porvir potente; mas, aqui, o lugar é do tipo de utopia citada por Eduardo Galeano, cumprindo o seu papel sagrado de nos manter em movimento, ativamente esperançosos. Ainda na busca por lucidez, vale lembrar as provocações de Byung-Chul Han, filósofo e ensaísta sul-coreano, professor da Universidade de Artes de Berlim, quando ele nos apresenta a Sociedade do Cansaço. Nela, a busca pela performance e pelos resultados individuais vem produzindo uma legião de pessoas deprimidas e com forte sensação de fracasso.

Segundo o autor, há de se retomar a potência dos rituais, dentre eles os artísticos, para a possibilidade de contemplação de outros caminhos menos tóxicos. Tal como na Paideia helênica, antepassada do nosso sistema educacional ocidental, que cada vez o foco seja na revelação de seres humanos éticos e criadores, inclusive e fortemente por meio das manifestações artísticas.

“Que a arte nos aponte uma resposta, mesmo que ela não saiba” (Oswaldo Montenegro). Afinal, “a arte existe porque a vida não basta” (Ferreira Gullar).

*\* Felipe Mello, graduado em Comunicação social pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), mestre pela Cásper Líbero, ator pelo Célia Helena – Centro de Artes e Educação, escritor, palhaço e fundador da Canto Cidadão.*

# E AGORA PROFESSOR(A)? O QUE ENSINAR APÓS O CHAT GPT?

*\* Eziquiel Menta*

Em um mundo em constante evolução tecnológica, a inteligência artificial (IA) tem se destacado como uma ferramenta revolucionária, especialmente no campo educacional. Mas, o que é exatamente a IA? Trata-se de sistemas capazes de realizar tarefas que normalmente exigiriam inteligência humana. Na educação, suas aplicações são vastas: desde a criação de imagens e apresentações até a elaboração de cursos online e interações avançadas, como o chat GPT.

A capacidade de conversar com documentos em PDF, criar sites e slides automaticamente, e até mesmo desenvolver cursos online, são apenas alguns exemplos do potencial da IA. No entanto, como toda tecnologia emergente, a IA traz consigo riscos. Entre eles, destacam-se: viés e discriminação, privacidade e segurança de dados, superficialidade do aprendizado, dependência excessiva, falta de acesso e equidade, falsa confiança, rigidez e inflexibilidade. É fundamental que educadores estejam cientes desses desafios para garantir um uso seguro e eficaz em sala de aula.

Pesquisas recentes têm explorado as diversas facetas da inteligência artificial na educação, buscando compreender seus benefícios e limitações, que podem ser muitos. Mais do que apenas utilizar ferramentas prontas, é essencial que as escolas se tornem espaços de criação e desenvolvimento de inteligência artificial, permitindo que alunos e professores sejam não apenas consumidores, mas também criadores.

Ao refletirmos e nos perguntarmos: "E agora, o que ensinar após o chat GPT?", devemos considerar a IA não como um fim, mas como um meio, uma ferramenta que, quando usada corretamente, pode enriquecer o processo educacional e preparar nossos alunos para um futuro tecnológico e inovador.

*\* Eziquiel Menta, doutorando em Educação pela UFPR e professor de Matemática e Física da Secretaria do Estado da Educação do Paraná (Seed) há 29 anos.*

## Por que é preciso educar para a inteligência artificial?

*\* Alexandre Le Voci Sayad*

Ao contrário de modismos ou previsões mercadológicas temporárias, sobre como a tecnologia vai impactar a vida de todos nós, a inteligência artificial deve ser levada à sério por quem pensa em políticas públicas de educação. Muitos autores a consideram como a principal tecnologia deste século; isso porque ela exerce impacto sistêmico sobre muitas áreas da vida humana e funciona como uma mediação do olhar do ser humano para o mundo à sua volta.

Por exemplo, é possível perceber como os algoritmos de IA interferem nos sistemas de empréstimos da economia; como a disseminação de informações falsas interfere em decisões políticas; como os dados de internautas são a base da economia digital; como as redes sociais podem restringir ou ofertar diferentes informações a depender de cada usuário; e, por fim, como a “IA generativa” atinge em cheio algumas fragilidades do educar contemporâneo.

A IA é uma lente pela qual enxergamos e interagimos com as informações - e assim, tomamos decisões. Sua natureza é de um sistema estatístico de probabilidade: sobre uma base gigantesca de dados, os sistemas comparam padrões e entregam respostas cada vez mais precisas - inclusive de cenários futuros. Ao contrário da programação de computadores, o algoritmo de inteligência artificial tem uma lógica recursiva; ele se corrige e melhora a própria performance. Em linguagem popular, “aprende”.

O que o chat GPT faz é comparar dados disponíveis e combiná-los, a ponto de construir textos. Quanto mais utilizado, mais apurado fica. Mas o que ele não é capaz de realizar? O que significa educar e avaliar diante desse cenário? São essas as perguntas que os educadores precisam responder. A inteligência e consciência humana estão ainda muito longes do que um sistema de IA é capaz de realizar.

*\* Alexandre Le Voci Sayad, educador, jornalista e escritor. Trabalha como consultor da Unesco (sede - França) para educação midiática e mestre em inteligência artificial e pensamento crítico.*

## **MALALA YOUSAFZAI: EDUCAR MENINAS, LIBERTAR MULHERES**

### **Educar todos para a prática da liberdade e da igualdade, para que meninas e mulheres possam se desenvolver plenamente**

*\* Cristiane Fairbanks*

A desigualdade de gênero é um reflexo da assimetria enfrentada há séculos entre homens e mulheres e que alimenta não só a discriminação, o preconceito – que se chama misoginia quando é dirigido contra as mulheres – mas também atos de assédio, desrespeito e de violência contra meninas e mulheres. Para que elas possam ser respeitadas, possam se desenvolver na plenitude de suas capacidades, isto é, aprender, produzir e ensinar, devemos buscar superar as assimetrias de gênero. No passado vivíamos em um mundo em que a força física era o atributo mais importante para a sobrevivência, com o desenvolvimento da civilização e da tecnologia alçamos a inteligência, a criatividade, a inovação como novos critérios e atributos para liderar.

Esses novos atributos, competências e habilidades, são passíveis de serem desenvolvidos e partilhados de igual forma por homens e mulheres. É com base nessa igualdade – reconhecida e assegurada inclusive pela Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso I, que reivindicamos a efetividade da igualdade de gênero, para que possamos começar a pensar um mundo mais justo, pacífico, harmonioso e de pessoas mais felizes.

Muito embora a educação esteja assegurada como direito básico no Brasil, a realidade atualmente ainda afasta milhares de meninas da escola. Esse afastamento se dá em razão do trabalho doméstico, do cuidado de irmãos menores, de uma gravidez precoce, entre outros fatores. Em outros lugares do mundo, além dessas barreiras há ainda barreiras religiosas e sociais. Malala é uma das meninas, hoje já uma mulher formada, que assumiu protagonismo pelo direito à educação para meninas no Paquistão. Nossa tarefa, para ser exitosa, no entanto, ultrapassa uma educação feminista para as meninas e mulheres, é necessário educar a todos, para a liberdade e igualdade como valores supremos humanos.

*\* Cristiane Fairbanks, filósofa, pesquisadora, escritora, advogada e doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) - São Paulo.*

## **A educação como principal ferramenta de empoderamento das mulheres**

*\* Fátima Aparecida da Silva*

Em uma sociedade profundamente marcada pela desigualdade entre homens e mulheres, onde temos no Brasil a marca de ser o 5º país com a maior taxa de homicídio de mulheres no mundo, a violência de gênero é recorrente e se perpetua nos espaços públicos e privados. Por maiores que sejam os índices de emancipação feminina em vários espaços da sociedade, ainda convivemos em um país que implora por mais políticas públicas contra esse tipo de violência.

Em âmbito internacional, desde novembro de 2021, RED de Trabalhadoras da Internacional da Educação América Latina (IEAL) vem promovendo a campanha de ratificação da Convenção nº 190 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre violência e assédio no mundo do trabalho, primeiro tratado internacional a reconhecer o direito de todas as pessoas a um mundo de trabalho livre de violência e assédio, incluindo violência de gênero. Pouquíssimos países ratificaram essa Convenção e o Brasil veio a fazê-lo, em maio de 2023.

Mas, o melhor instrumento de combate a essa realidade continua sendo o espaço da educação que, é o locus da convivência e das vivências de respeito. É no espaço escolar que se pode subverter essa lógica de violência contra as mulheres.

Somente pela luta em favor dos direitos humanos é que será possível barrar a onda conservadora que tomou conta do mundo. No Brasil, o atual governo tenta restabelecer os direitos das mulheres, com a retomada das obras de 1.189 creches que estavam com o andamento paralisado e uma política de formação que irá assegurar vagas em cursos e programas de educação profissional e tecnológica para 20 mil mulheres em situação de vulnerabilidade.

Para garantir tais avanços nas políticas públicas para as mulheres e a sua efetiva implementação, é fundamental que os movimentos sociais e populares, junto com o movimento sindical, atuem.

***Fátima Aparecida da Silva**, professora, secretária-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e vice-presidente da Internacional da Educação para a América Latina (Ieal).*

# VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS: BASE PARA NOVOS FAZERES DA EDUCAÇÃO

## Entre a objetificação e a política do encontro

*\* Paulo Edison de Oliveira*

Até pouco tempo, pessoas reivindicavam sua humanidade, mas como postular algo que é contrário ao episteme de uma cultura? A civilização contemporânea é oriunda da violência física, simbólica e psíquica da colonialidade eurocêntrica. Seus paradigmas pressupõem subjugar, aniquilar e alienar o outro. Forjado historicamente no patriarcado e racismo, assim se configura a maneira como as pessoas existem no mundo: séculos de uma história única, mentiras sobre uma espécie (humana) separada e superior à natureza, hierarquização de pessoas por suas genitálias, desejos e fenótipos

Há fantasmas que nos assombram porque não os enterramos. Um dos maiores da sociedade brasileira é a formação de nossa subjetividade. Aos negros (pretos e pardos) e indígenas couberam a objetificação e aniquilação (física, cultural e psíquica). Aos brancos, com desejo de superioridade, coube a invenção de tecnologias da violência. Engendramos uma neurose cultural que nos impede de construirmos uma sociedade equânime, justa e sustentável.

No entanto, entre a objetificação e aniquilação dos povos autóctones e os vindos da África, um lugar de esperança existiu e re(ex)iste: o quilombo. Esse território ancestral de luta e resistência é a primeira experiência de criação de uma política do encontro. Coexistiram uma diversidade de pessoas independentemente da cor/raça/etnia, um lugar para todos e de todos.

Os futuros possíveis de outras humanidades são a multiplicidade de caminhos com valores morais, éticos e estéticos de uma alteridade dos outros (povos e espécies), de uma educação decolonial que escuta as diversas vozes, culturas e civilizações. No lugar de verdades faremos perguntas: como amar sem aniquilar? Como e com quem formamos redes? Como e onde circulam os afetos? Que política desejante queremos produzir? Que futuro quero sonhar?

*\* Paulo Edison de Oliveira, psicanalista, professor de Sociologia e projeto de vida com graduação, licenciatura, mestre e doutor em Ciências Sociais. Autor de livros didáticos aprovados no Plano Nacional de Livro Didático (PNLD) e ativista do antirracismo.*

# A MÚSICA ROMPENDO COM O SILENCIAMENTO DOS CORPOS E CONSTRUINDO CONHECIMENTO

*\* Grupo Histórias de Brincar*

*Formado por Flora Barcellos, Marina Siqueira e Flora Poppovic, o Histórias de Brincar é um projeto protagonizado por três educadoras, pesquisadoras e artistas, que perceberam na cultura popular brasileira o espaço que buscavam para confluência do que desejavam desenvolver nas esferas da música, educação e cultura da infância.*

*Todo ser humano nasce sensível, criativo e espontâneo e tem o corpo como primeira via de experimentação e comunicação. Por ele, a criança aprende o mundo e age. O brincar, comum a todas as infâncias, combina palavra, ritmo, cantiga, movimento.*

*Os termos “brinquedo” e “brincadeira” aplicam-se também às manifestações populares brasileiras, que integram músicas, danças, cantos, poesias, histórias e representações dramáticas. Os artistas populares se autodenominam “Brincantes” e o seu espetáculo é o seu “brinquedo”, a sua “brincadeira”.*

*A experiência do grupo em ambientes educativos mostra que por meio das histórias e brincadeiras, as crianças podem vivenciar de corpo inteiro os diferentes brasis que habitam o Brasil. As narrativas funcionam como fio condutor da aula, onde as músicas, ritmos, danças e parlendas vão sendo experimentados pelas crianças, que vão construindo um senso de identidade, pertencimento e autonomia. Porém, o trabalho de múltiplas linguagens nem sempre é legitimado em ambientes acadêmicos, construídos com base em pensamentos que privilegiam o trabalho intelectual em detrimento dos saberes originados por meio da oralidade e da corporeidade.*

*O Histórias de Brincar defende uma educação que considere a escola como chão de diferentes territórios geográficos, culturais, sociais e biológicos. Nesse sentido, música e movimento podem ser poderosos instrumentos para romper com o silenciamento dos corpos na construção de um ambiente escolar que valorize diversas formas de aprendizagem e que entenda o corpo de maneira integral, como via de diferentes saberes.*

*Grupo Histórias de Brincar (Flora Barcellos, Flora Poppovic e Marina Siqueira)*

# RAÍZES DE UM PODO E O APAGAMENTO DOS POVOS ORIGINÁRIOS

## Ensino de História e cultura indígena, quais conteúdos?

\* *Silvane Silva*

O conceito de colonialidade do saber, proposto por Aníbal Quijano, nos revela que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, há também um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias.

Para os povos indígenas a educação, os conhecimentos e a sabedoria de um povo é transmitida dos mais velhos para os mais novos por meio da observação e da prática de atividades. Na escola indígena, localizada no território das aldeias, a criança irá aprender como adquirir a escrita e outros conhecimentos que possibilitem instrumentalização para a interação com o mundo não-indígena. Porém, deve-se considerar a língua materna e cultura da aldeia nesse processo escolar. A cosmovisão indígena deve estar no presente nas práticas escolares e nos materiais didáticos.

Como nos ensina Ailton Krenak, respeitar as diferentes visões mundo e modos de vida diversos dos nossos, nos possibilita caminhar rumo à construção uma humanidade mais promissora. Nesse sentido quando falamos da obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena nas escolas de ensino regular, fora dos territórios indígenas, conforme trata a Lei 11.645/08, estamos considerando que os conteúdos devem ser tratados não como folclore e/ou alegorias para datas comemorativas específicas, como o 19 de abril, mas como parte importante e indispensável nos planejamentos das diversas disciplinas curriculares.

O que sabemos sobre os conteúdos que deveriam estar obrigatoriamente incluídos nos currículos e nas práticas educacionais cotidianas das nossas escolas?

### Referências:

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Brasília: Secadi/MEC, 2006.

KRENAC, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SÃO PAULO, Secretaria Municipal da Educação, Coped. Currículo da Cidade: Orientação Pedagógica Povos Indígenas. São Paulo: SME/Coped, 2021. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/Portals/1/Files/53254.pdf>. Acesso em 5 out. 2022.

\* *Silvane Silva*, mestre e doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pesquisadora associada ao Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora (Cecafro - PUC/SP) e integrante do Grupo de Estudos em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp).

# 25 DE OUTUBRO DE 2023

## ELOS: VÍNCULOS ENTRE ESCOLA, FAMÍLIA E COMUNIDADE

*\* Paulo Roberto Padilha*

Vemos hoje uma avalanche de notícias nas diversas mídias sociais: situações de intolerância, preconceito, discriminação, fake news, bullying, pobreza extrema, guerras, catástrofes climáticas, crises migratórias, ganância, barbárie... Qual o impacto destes acontecimentos nas nossas vidas e, particularmente, nos vínculos entre escola, família e comunidade?

Para Paulo Freire, patrono da educação brasileira, o melhor momento da formação continuada da professora e do professor é a reflexão sobre a prática. Nesse sentido, é importante analisarmos fatos e situações concretas presentes na vida cotidiana da escola e nas suas relações com a família e com a comunidade, preocupados com os efeitos que elas provocam em nós e na educação que construímos. Quanto mais nos sensibilizarmos e partirmos de nossos contextos existenciais e relacionais, melhor realizaremos a nossa prática educativa, respeitando, valorizando e convivendo com nossas diferenças e semelhanças. É o que chamo de “Educação e Currículo Intertranscultural”.

O tema proposto requer de nós espírito aberto a novas configurações do nosso trabalho junto aos diversos segmentos e colegiados escolares, respeitadas a todas as formas de vida e que valorizem o bem-viver. É o que necessitamos na era do conhecimento e da virtualidade, quando vemos crescer a utilização da inteligência artificial (IA) também na educação. Isso pode ser ótimo, mas nos exige cuidados específicos e éticos, como sempre, quando nos deparamos com novas tecnologias, princípios, valores, conhecimentos e saberes. Não devemos temer ou ter preconceito. Juntos(as/es) construiremos novos vínculos na direção de aprendizagens significativas e de uma educação curiosa, prazerosa e aprendente, hoje e no futuro.

*\* Paulo Roberto Padilha, mestre e doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp), pedagogo e diretor pedagógico do Instituto Paulo Freire.*

**\* Silvia de Mattos G. Colello**

São inúmeros os estudos e as experiências que, em nome do sucesso dos processos de ensino e aprendizagem, comprovam a necessária constituição de vínculos entre escola, família e comunidade. Quando regidas por laços de transparência, diálogo, cumplicidade e respeito, essas relações subsidiam a constituição de uma cultura em prol da efetiva formação humana, isto é, um conjunto coerente de iniciativas, que incide sobre as esferas pessoal e afetiva, cognitiva e acadêmica, social e política.

No entanto, no cotidiano da vida escolar, esses elos tendem a ser corroídos ou fragilizados. Corroídos, quando as expectativas de uns sobre os outros – escola, família ou comunidade – são superestimadas fazendo com que as dificuldades recaiam em discursos de culpabilização: o professor que não ensina, a equipe pedagógica que não apoia o trabalho em classe, a escola que não garante condições de trabalho, os pais que não se comprometem, a comunidade de valores contrários à educação, a burocratização dos sistemas e as descontínuas políticas educacionais. Em uma perspectiva contrária, quando as relações são subestimadas, prevalece a fragilidade de vínculos resultando na pulverização dos esforços educativos e no isolamento de cada um, em especial de famílias e de professores. Em ambos os casos, o prejuízo perpetua os mecanismos de fracasso escolar – aprendizagem insuficiente e os históricos índices de analfabetismo funcional, de evasão, de subemprego, de marginalidade social...

Para resgatar a escola como caminho privilegiado no fortalecimento dos projetos de vida dos estudantes e na construção da sociedade democrática, situam-se os esforços de aproximação que, partindo da escola, acabam por fortalecer a equipe no atendimento das especificidades de cada segmento do ensino, sempre em consonância com as necessidades sociais, as angústias das famílias e o compromisso de todos com a educação.

**\* Silvia de Mattos G. Colello**, pedagoga, mestre, doutora e livre-docente, vinculada à pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

# EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

## Brincar com a natureza: a importância no desenvolvimento infantil e as possibilidades no contexto escolar

*\* Ana Carol Thomé*

Diversas pesquisas e diferentes países apontam que cada vez mais as crianças estão por mais tempo expostas a telas, espaços menores e fechados, conseqüentemente mais sedentárias. Com menos tempo brincando livre e ao ar livre, menos movimento, menos contato com a natureza, cada vez mais se presencia índices que apontam danos na saúde, no desenvolvimento integral das crianças.

Richard Louv (2016), jornalista estadunidense, é um dos pioneiros deste tema e descreveu esta situação como um transtorno: o Transtorno de Déficit de Natureza. Com este termo, Louv evidencia a urgência de que as crianças tenham cada vez mais oportunidades de brincar ao ar livre e em contato com a natureza.

Muito se revela nas pesquisas sobre o que acontece se a natureza nos falta. Mas o que acontece quando essa relação existe? Quais são os benefícios para o desenvolvimento infantil quando criança e natureza crescem juntas? É possível existir uma relação entre criança e natureza nas grandes cidades? Como é possível pensar essa relação no contexto da escola em área urbana? Qual o papel dos adultos para fortalecer esta relação? Sabemos que as escolas apresentam os mais diferentes contextos, como encontrar as possibilidades que existem em nossos territórios? A conscientização e a ação para promover um estilo de vida mais ativo e equilibrado são cruciais para garantir o desenvolvimento saudável e o bem-estar das crianças no mundo moderno.

Partindo destes pressupostos, apresento minha experiência como estudiosa e pesquisadora do tema, professora de escola pública atuando na educação infantil, educação especial na perspectiva da educação inclusiva, articulando teoria e prática pedagógica, tecendo questionamentos e reflexões a fim de contribuir para ações possíveis na rotina escolar que promovam a relação entre criança e natureza.

*\* Ana Carol Thomé, pedagoga, especialista em educação lúdica e psicomotricidade. Idealizou e coordena o programa Ser Criança é Natura, do Instituto Romã, desde 2013.*

Em 2023 tornaram-se mais visíveis os efeitos das mudanças climáticas, e sentir, dialogar, estudar e refletir sobre esta situação é emergente, principalmente no campo da educação. Todos os dias as notícias trazem os efeitos de intensas tempestades, secas gigantescas que provocam desastres abalando principalmente as populações mais vulneráveis. As previsões do nosso futuro comum segundo IPCC – Painel Internacional de Mudanças Climáticas não são nada positivas, devido ao excesso de emissão de gases de efeito estufa GEE, proveniente da queima de combustíveis fósseis, da queima das florestas e nos lixões, nosso planeta está em estado febril e perde rapidamente sua biodiversidade, afetando todas as formas de vida na Terra.

Diante desta realidade, educar para um Novo Mundo exige um olhar sistêmico que valorize as conexões e relações, que mantém a vida e o equilíbrio em nosso planeta, do qual somos parte. Nós educadores precisamos refletir que conteúdos estamos transmitindo aos alunos que tragam este olhar de interesse, curiosidade e cuidado com a sociobiodiversidade na Terra, pois o grau de destruição a que chegamos na atualidade, está pondo em risco diversas formas de vida no planeta, incluindo a nossa.

E você educador, tem interesse em conhecer e cuidar da vida em seu planeta? Quais biomas conhece e observou suas essências? Qual a distância você está de um rio limpo? Aprecia as paisagens, o céu estrelado, as nuvens ou tomar chuva? Acompanha as fases da lua e sua influência nos oceanos? Já viu um passarinho fazendo seu ninho e alimentado seus filhotes? Qual a diferença entre borboletas e mariposas? Gosta de cuidar das pessoas?

Ao enxergar a beleza dos detalhes da vida na Terra, você pode começar a experimentar e vivenciar com prazer em seu cotidiano práticas sustentáveis percebendo coisas que nunca havia visto ao caminhar, saborear diferente alimentos in natura, ter satisfação em separar seus resíduos em três frações: secos limpos, orgânicos e rejeitos, convicção aos recusar uso de descartáveis, coletar água de chuva para regar as plantas e ter um minhocário em sua casa, promover feiras de trocas, brincar com as crianças, dar atenção aos idosos, enfim se mobilizar para construir uma sociedade sustentável e justa, que gere propósito, sentido para a vida e reduza emissão de CO<sub>2</sub>.

**\* Mônica Pilz Borba**, educadora ambiental e fundadora do Instituto 5 Elementos Educação para a Sustentabilidade.

## DIVERSIDADE DE GÊNERO NO COTIDIANO ESCOLAR

*\* Felipe Gonçalves Bacchiega*

O debate sobre diversidade de gênero nas escolas é fundamental, urgente e ao mesmo tempo desafiador. Esse debate é produto de construções teóricas, não de ideologias, tendo mais de cinquenta anos de produções acadêmicas e científicas no campo das Ciências Humanas, da Saúde e Sociais. O Brasil é um Estado constitucionalmente laico, onde se deve respeitar, promover a liberdade e proteção de todas as práticas culturais religiosas e garantir que não haja interferência desta, nas orientações, ações e documentos públicos desenvolvidos.

Em 1997, o Ministério da Educação, produziu o documento: “Parâmetros Curriculares Nacionais”, que tem sido utilizado como base para pensar e implementar estratégias de enfrentamento às violências e a discriminações nas escolas. O documento abarca seis temas transversais: ética; pluralidade cultural; meio ambiente; saúde; temas locais e educação sexual.

A educação para a sexualidade nas escolas tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade. O ser humano é diverso, e isso inclui, uma ampla variedade de identidades de gênero, expressões de gênero e orientações afetivas-sexuais.

Profissionais da área da educação devem receber treinamentos sobre as diversidades, com o objetivo de promover um ambiente social mais acolhedor e inclusivo para todos, todas e todes. O respeito às diversidades inclui tratar as pessoas pelo nome e pronome com o/os qual/quais a pessoa se identifica, promovendo um ambiente mais afirmativo e com menos estigma.

*\* Felipe Gonçalves Bacchiega, psicólogo clínico; psicoterapeuta com enfoque na sexualidade pelo Instituto Paulista de Sexualidade; especialista em Direito Homoafetivo e de Gênero pela UniSantã, Aprimoramento em Transtornos Psiquiátricos na Prática Clínica pelo Centro Paradigma; capacitação em atendimento a mulheres, com Luana Flor; Formação em Terapia Afirmativa para Minorias Sexuais e de Gênero, Modelos Cognitivos e Contextuais pela Sínteses – Centro de Psicologia Baseada em Evidências.*

## Para além das margens: ensino da História das Mulheres Negras nas salas de aula

\* *Taina Silva Santos*

As mulheres negras tiveram papéis centrais na História do Brasil no período da escravidão e ao longo do pós-abolição. Elas ocuparam posições estratégicas em suas comunidades e marcaram os processos políticos decisivos para as transformações sociais em diversos contextos. (XAVIER; FARIA; GOMES, 2012).

Contudo, essas personagens ainda aparecem de forma marginal no ensino de História e as narrativas sobre elas se limitam à posição de escravizadas (FRACCARO; SILVA SANTOS, 2020) ou ressaltam uma colaboração para a formação cultural despolitizada que esvazia o protagonismo e as agências dessa população.

O que se reflete, por exemplo, na produção dos materiais didáticos, na formação das professoras e professores e inviabiliza a implementação de normativas como a lei 10.639/2003 (atual 11.645/2008) e no cumprimento das diretrizes estabelecidas na Base para as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação das Relações Étnico Raciais (2004) (GOMES; SILVA, 2021). Por isso, o objetivo desta comunicação é apresentar alternativas para lidar com esses desafios e potencializar práticas de ensino de História que contemplem a multiplicidade de experiências que têm feito parte da vida das mulheres negras.

### Referências:

ALMEIDA, Marilea de; SILVA SANTOS, Taina. O legado político das mulheres negras. *Jornal O Globo*, 2021.

GOMES, Nilma; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. BRITO, José Eustáquio. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 42, e258226, 2021. Acesso: Junho de 2023.

FRACCARO, Laura Candian. SILVA SANTOS, Taina Ap. Mulheres, comércio e outras profissões: Campinas, século XIX. *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Campinas*, vol 6. Campinas: Pontes Editores, 2021.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

\* *Taina Silva Santos*, mestra em História Social pela Unicamp

# ALFABETIZAÇÃO PARA ALÉM DAS LETRAS

*\* Lucia Makena*

A alfabetização para além das letras é um conceito que envolve o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, criatividade, pensamento crítico e resolução de problemas, além do aprendizado tradicional das letras e números. É uma abordagem mais abrangente que visa formar indivíduos completos e preparados para lidar com os desafios do mundo atual.

O alfabeto, para além das letras, é um conceito defendido por Paulo Freire, que é muito mais do que a simples decodificação do código escrito. Ele enfatiza a importância de compreender o contexto social e cultural em que a leitura e escrita estão inseridas, promovendo a alfabetização como um ato de conscientização e empoderamento. Para Freire, o alfabeto também engloba a capacidade de ler o mundo, interpretar informações, questionar e transformar a realidade. É uma abordagem que valoriza a leitura crítica e reflexiva, estimulando os indivíduos a se tornarem sujeitos ativos na sociedade.

É importante destacar que o processo de alfabetização passa pela vivência do discente e está intrinsecamente ligado ao seu território. O que contribui para o seu aprendizado.

É preciso buscar conhecimento em autores que trazem conceitos teóricos que muito auxiliam educadores na responsabilidade de formar cidadãos letrados e com conhecimento importante no significado das palavras o desenvolvimento da oralidade, compreensão e interpretação de diferentes gêneros textuais.

Pensando numa perspectiva de diversidade racial que aborda etnias negras e indígenas

brasileiras e recentemente com a chegada de refugiados de países da América Latina e África principalmente, muitos autores (a) negros (a) e indígenas têm contribuído na reflexão da alfabetização e vivência com diferentes culturas, diversidade de gênero e classe sociais.

“Ô aprender a ler  
Pra ensinar meus camaradas  
Vou aprender a ler  
Pra ensinar meus camaradas  
Que noite mais funda calunga.” (Versos da música "Massemba" – autores: Roberto Mendes e Capinan).

*\* Lucia Makena, pedagoga, bonequeira, escritora e palestrante*

# Alfabetização e coerência

*\* Angela Maria da Silva Figueredo*

Esta comunicação tem o propósito de provocar reflexões sobre a alfabetização e a coerência (ou não) entre o pensar e o fazer pedagógico. As práticas pedagógicas estão alinhadas com os princípios pedagógicos e objetivos educacionais? Essa reflexão contínua é fundamental para melhorar a qualidade da educação.

Quando falamos de alfabetização, falamos do passado, do presente e do futuro do nosso país. A escola pública, inclui milhões de crianças, jovens e adultos que, em sua maioria, foram alijados de seus direitos fundamentais. Descendentes de escravizados, que foram impedidos de frequentar a escola por força da lei; descendentes dos povos originários que tiveram sua cultura desrespeitada; trabalhadores e trabalhadoras e seus tutelados que lutam diariamente pela sobrevivência.

“A educação é sempre uma certa teoria do conhecimento posta em prática” (Freire), mesmo que inconscientemente. Educar é sempre a explicitação de certa teoria do conhecimento.

Alfabetizar envolve uma série de decisões e conhecimentos que se entrelaçam, são distintos e complexos: conhecimento epistemológico, sobre o objeto, didático e a concepção da sociedade que se vislumbra. É uma habilidade essencial que impacta profundamente a vida de uma pessoa, é a base para a aprendizagem contínua ao longo da vida.

Muitas vezes, essas perspectivas não dialogam na prática pedagógica, são incoerentes, pela incompletude do ser humano, nas palavras de Freire, por isso, requer interrogações constantes: Que sujeito se quer formar? Para qual sociedade? Qual a relação entre as decisões didáticas e o alcance desses objetivos?

Considerar-se-á a perspectiva psicogenética construtivista como possibilidade de tecer a coerência entre o pensar e o fazer na alfabetização, na perspectiva de formar leitores plenos e produtores de textos numa sociedade democrática.

*\* Angela Maria da Silva Figueredo, doutoranda no Doctorado en Educación - UNR – Argentina, mestre em Escritura y Alfabetización - UNLP – Argentina e mestre em Formação de Educadores pela Universidade Metodista de São Paulo.*

# DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A EDUCAÇÃO

## A escola é o espaço de eternos desafios

*\* Alvaro Chrispino*

A escola é o espaço de eternos desafios, a escola é um tema complexo, com inúmeros e eternos desafios. Acolhe diferentes atores sociais, cada qual com sua história pessoal, com suas expectativas de futuro, com valores manifestos ou resguardados, com disposições sociais e relacionais diferentes e com visão de sociedade distintas. Por tal, vai sofrendo impactos destes diferentes perfis e recebe demandas para as quais não foi preparada, considerando as mudanças sociais no seu entorno, como exemplificado em Polegarzinha (SERRES, 2011), que trata dos perfis da juventude atual comparando-a com as gerações anteriores, o que permite enumerar algumas questões que merecem reflexão dos educadores na busca de alternativas.

Para alguns estudantes no Brasil, a escola é o único espaço de aprendizado tanto das “letras” quanto da “cultura” em seus mais variados aspectos. Por que não conseguimos estabelecer um sentimento de pertencimento escolar? Onde se perdeu este vínculo? Estamos reproduzindo uma violência simbólica que faz com que a escola perca sua função social?

Se a escola não tem valor ou ação na superação das dificuldades sociais e sua contribuição na obtenção de um “futuro melhor” não é percebida, por que permanecer na escola? A evasão escolar era o grande vilão da educação até que Costa Ribeiro (1991) demonstrou que ela era consequência da reprovação. Fica a questão quase eterna: por que as crianças não aprendem o que se espera dela na idade correta?

Por fim, tudo isso “junto e misturado” estabelece um clima escolar inadequado para a aprendizagem dos alunos. Se existem diversos problemas que estão além de nossa capacidade de solução, há uma boa notícia, uma esperança, outros problemas podem ser enfrentados e superados visando o bem-estar e a saúde mental de toda a comunidade escolar.

*\* Alvaro Chrispino, doutor em Educação (UFRJ), professor do ensino médio e de pós-graduação do Cefet-RJ, autor nas áreas de educação, ensino e prevenção da violência e mediação de conflito escolar.*

# DESIGUALDADE DE GÊNERO, RACISMO E LGBTI+FOBIA: DEBATER PARA COMBATER

*\* Job dos Reis*

A persistência da desigualdade de gênero, do racismo e da LGBTI+fobia representa um desafio global que afeta a dignidade, os direitos humanos e a justiça social. A discussão sobre a desigualdade de gênero revela a diferença sistemática no tratamento de indivíduos com base em seu sexo ou gênero, amplamente evidenciada em disparidades salariais, representatividade política, acesso à educação e oportunidades de carreira. No entanto, a desigualdade de gênero não é uniforme, pois é agravada quando combinada com o racismo e a LGBTI+fobia. O racismo persiste como uma estrutura que perpetua a marginalização de grupos racializados, resultando em oportunidades limitadas e violência estrutural.

Quando conectado à desigualdade de gênero, as mulheres racializadas enfrentam uma discriminação sistêmica adicional, muitas vezes sendo as mais afetadas pelas desigualdades econômicas e sociais. A LGBTI+fobia, por sua vez, manifesta-se através de preconceitos e discriminações dirigidos a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexuais e outras identidades de gênero não conformes. Aqueles que pertencem a essas comunidades enfrentam desafios que podem ser agravados quando também confrontam o sexismo e o racismo. A falta de representação em posições de liderança é um reflexo dessa desigualdade.

Para combater eficazmente essas formas interseccionais de discriminação, é essencial promover o diálogo, a conscientização e a mudança sistêmica. Educação inclusiva e programas de conscientização devem ser implementados desde cedo para desafiar estereótipos de gênero, raciais e de orientação sexual. A promoção da representatividade em cargos de liderança e políticos é fundamental para garantir que todas as vozes sejam ouvidas. Além disso, políticas de inclusão devem ser criadas e aplicadas em todas as esferas da sociedade, garantindo proteções legais e apoio àqueles que enfrentam discriminação.

*\* Job dos Reis, psicólogo e sexólogo.*

**\* Maria Clara Araújo dos Passos**

A palestrante realizará uma discussão sobre identidade de gênero e educação a partir de seu livro, *Pedagogias das Travestilidades*. Nesta obra, a educadora e ativista transfeminista Maria Clara Araújo dos Passos registra a luta do Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais no Brasil, para assegurar que o Estado perceba essa comunidade como digna e lhe garanta os direitos sociais e políticos.

Para isso, a autora documenta o saber que vem sendo produzido, desde 1979 até a atualidade, por esse coletivo, desde seu início, nas ruas, até sua chegada ao espaço privilegiado da academia. *Pedagogias das Travestilidades*, que foi o seu Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Licenciatura em Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), se inspira nos diálogos estabelecidos ao longo da graduação em torno da obra de Paulo Freire em interface com os estudos de gênero.

A publicação deste livro no Brasil – que desde 2008 lidera o terrífico ranking de assassinato de travestis e pessoas transexuais – é importante para afirmar que a existência dessas pessoas não apenas é possível, mas essencial para que a cidadania seja exercida de forma plena. Nos últimos dez anos, os debates sobre a inserção e permanência de travestis e transexuais nas universidades vem emergindo como tema latente. *Pedagogia das Travestilidades*, que se inscreve em uma discussão transfeminista em educação mais ampla, também se debruça neste fenômeno.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. *Pedagogias das travestilidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

*\* Maria Clara Araújo dos Passos, pedagoga pela Pontifícia Universidade Católica em São Paulo (PUC-SP) e mestranda em Educação (Sociologia da Educação) pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos pela Clacso/Flacso (Unesco), com certificado do Instituto Hutchins Center, da Harvard University, realizou palestras em universidades nacionais e estrangeiras, como Harvard e Cambridge.*

# METaverso e Educação: Possibilidade ou Utopia

## Convergências de universos: desafios e oportunidades do multiverso e metaverso na educação

*\* Álvaro Martins Fernandes Júnior*

O conceito de multiverso há muito intriga físicos e cosmólogos, sugerindo que nosso universo é apenas um entre muitos. Paralelamente, a era digital deu origem ao metaverso, um espaço virtual compartilhado coletivamente criado pela convergência da realidade física aprimorada virtualmente e espaços digitais interativos. A teoria do multiverso inflacionário propõe que nosso universo é apenas um de um número potencialmente infinito de universos, cada um com seu próprio conjunto de leis e propriedades físicas. Esta ideia, embora enraizada na cosmologia, encontra um paralelo intrigante no conceito de metaverso, um universo digital composto por realidades virtuais interconectadas. A convergência dos conceitos de multiverso e metaverso tem implicações profundas para a educação. O metaverso, com suas salas de aula virtuais e interações globais, oferece oportunidades para aprendizado experiencial que transcende fronteiras tradicionais. A capacidade de interagir com colegas de todo o mundo em tempo real, a imersão em simulações realistas e a personalização do aprendizado são apenas algumas das vantagens. No entanto, há também desafios associados ao ensino no metaverso. A falta de interação face a face pode levar a sentimentos de isolamento. A sobrecarga de informações e a distração são preocupações constantes em ambientes virtuais. Além disso, a acessibilidade ao metaverso pode não ser universal, ampliando as disparidades educacionais entre alunos de diferentes origens socioeconômicas. À medida que nos posicionamos na confluência dessas realidades, é essencial que educadores, pesquisadores e formuladores de políticas considerem tanto as oportunidades quanto os desafios apresentados pelo metaverso. A integração do metaverso na educação pode transformar a maneira como aprendemos, mas é imperativo abordar as implicações com uma visão equilibrada, garantindo que a educação no metaverso seja inclusiva, equitativa e eficaz.

*\* Álvaro Martins Fernandes Júnior, doutor em Educação: Currículo pela PUC-SP, mestre em Gestão do Conhecimento, bacharel em Comunicação Social, licenciado em Filosofia e Pedagogia, professor de Pesquisa, Tecnologia e Currículo na Universidade Estadual do Norte do Paraná.*

## O metaverso na reconfiguração do espaço escolar

*\* Luciana Backes*

Na contemporaneidade, a partir do desenvolvimento científico, tecnológico e da condição imposta pela pandemia da covid 19, reconfiguram o espaço escolar na convivência entre os elementos que fazem parte dessa ecologia: estudantes, professores, direção, família, comunidade, tecnologias, conhecimentos, seres vivos, natureza, políticas públicas, economia, saúde. No processo de interação observamos: diversidade, diferença, desigualdade, aproximações, distanciamentos, paradoxos, que se interconectam de forma orgânica na reconfiguração do espaço escolar. O que emerge como necessidade do espaço escolar? Se não sabemos para onde queremos ir, qualquer caminho serve. Aceitamos e seguimos o caminho. O metaverso parece o caminho da “moda” e todos nós queremos estar na moda! Mas, precisamos compreender a razão de ser desse artefato no nosso ecossistema.

Metaverso é composto pelo prefixo meta (metamorfose) e pela palavra universo, isto é, metamorfose do universo. O metaverso tem caráter e utilidade real ao se tratar de uma ampliação do espaço geograficamente localizado, por meio do espaço digital virtual. Conforme Backes, Chitolina e Barchinski (2018), não é um mundo paralelo ou uma segunda vida, estamos falando da vida tal qual ela se apresenta na contemporaneidade, em diferentes espaços, tudo misturado e interconectado, OnLIFE.

Quais são as possibilidades dessa tecnologia para a educação? Quais são os desafios dessa tecnologia para a educação? Schlemmer e Backes (2015) desenvolvem pesquisas em metaversos desde 2004 e essa tecnologia ainda é considerada emergente.

A sensação de estar lá, pode ocasionar desconforto ou mal-estar para crianças e adolescentes, bem como situações constrangedoras no momento da interação com avatares online. Há necessidade de mediação pedagógica e acompanhamento.

A exploração do metaverso para a reconfiguração do espaço escolar ocorre no viver e conviver entre os elementos que participam dessa ecologia, atravessado por questões epistemológicas e metodológicas.

*\* Luciana Backes, doutora em Educação pela Unisinos e Sciences de l'Education pela Université Lumière Lyon 2 (2011). Bolsa de Estágio Pós-Doutoral no Exterior Capes, na l'Université Paris Descartes Paris V - Sorbonne (2013-2014) e professora titular da Universidade La Salle - Canoas.*

# 26 DE OUTUBRO DE 2023

## A ARQUITETURA DA ESCOLA E OS SEUS OBSTÁCULOS

*\* Ricardo Gusmão*

Construir uma escola é uma aventura que envolve muitas pessoas e visões de futuro. O diálogo amplo e aberto é fundamental para alinhar os objetivos e viabilizar a materialização de espaços preparados para amparar o ensino. Através e a partir desse diálogo qualificado, o time envolvido na construção deste equipamento tão importante para nossas crianças é capaz de enfrentar os diversos obstáculos que aparecerem até a finalização e entrega da obra.

Nesta apresentação buscarei exemplificar, através do exemplo de cinco escolas projetadas e construídas, como a conversa entre as partes envolvidas, o contexto e a escala podem direcionar o desenho para resultados muito diferentes, mesmo que compartilhem uma série de preceitos conceituais semelhantes.

Algumas escolas têm como ponto de partida o reuso de uma construção existente. Para transformar a dificuldade inicial em oportunidade, podemos ter um olhar que pode apontar em para duas direções opostas, mas complementares: de um lado temos o olhar respeitoso e cuidadoso com o que já existe, buscando uma intervenção precisa e econômica. Por outro, temos por vezes a necessidade de subverter a lógica presente na construção original, reconfigurando seu uso, fluxo e espaços.

Outras escolas partem de terrenos pequenos, sugerindo uma ocupação em altura e desafiando o pensamento sobre a integração dos espaços e a acessibilidade universal. Por outro lado, tais projetos trazem no empilhamento do programa escolar novas possibilidades de conexão entre suas atividades e percursos internos. Outras escolas têm uma grande área livre, e o desafio passa a ser como integrar e dar continuidade aos espaços internos e externos.

Cada escola tem uma série de características próprias; o olhar atento e investigativo pode contribuir muito no esforço de compatibilizar todas as vontades e objetivos iniciais da construção.

*Ricardo Gusmão, mestre pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) é doutorando pela FAU-USP.*

# Arquitetura educacional: eliminando barreiras para a aprendizagem

*\* Gustavo Madalosso Kerr*

A arquitetura desempenha um papel crucial na promoção da educação inclusiva e na garantia do direito à educação para todos, todas e todes. A acessibilidade física e a adequação dos espaços educacionais são fatores determinantes para garantir que os alunos, independentemente de suas habilidades ou necessidades, possam acessar e participar plenamente do processo educacional. A arquitetura pode ser facilitadora da educação inclusiva de diversas maneiras:

Acessibilidade Universal, os prédios escolares devem ser projetados com base no conceito de acessibilidade universal, garantindo que todos possam entrar, circular e utilizar as instalações. Isso inclui rampas, elevadores, corredores amplos, portas largas e banheiros adaptados para pessoas com mobilidade reduzida. Espaços Flexíveis que devem permitir a flexibilidade dos espaços, de modo que diferentes atividades pedagógicas possam ocorrer em salas de aula, laboratórios, áreas externas e outros locais. Isso facilita a adaptação do ambiente de aprendizado às necessidades dos alunos e dos professores.

Os ambientes Inclusivos promovem a inclusão social, evitando segregação de alunos com deficiências em ambientes separados. Isso pode ser alcançado por meio da disposição de mobiliário, sinalização clara e uso de cores e materiais que atendam a diversos estilos de aprendizado. A manutenção regular das instalações é fundamental para garantir que os espaços permaneçam acessíveis e adequados ao longo do tempo. À medida que as necessidades evoluem, os prédios devem ser adaptados para atender a novas demandas. A arquitetura escolar também pode ser usada como uma ferramenta de conscientização sobre inclusão e acessibilidade.

Portanto, a arquitetura desempenha um papel fundamental na promoção da educação inclusiva, garantindo que todos os alunos tenham igualdade de acesso às oportunidades educacionais e uma educação libertadora.

---

[1] <https://www.oaj.fi/en/education/ethical-principles-of-teaching/comenius-oath-for-teachers>

*\* Gustavo Madalosso Kerr, arquiteto e urbanista*

# DEPRESSÃO INFANTIL: COMO A ESCOLA PODE AJUDAR ?

\* **Adriana Fóz**

As novas gerações têm vivido em um mundo onde o estresse, a velocidade, e as multitarefas são imperativas. Por outro lado, o desenvolvimento e amadurecimento do cérebro têm um curso, com suas possibilidades, mas também limites. Não entendo limites como impossibilidades, mas como aquilo que não é favorável para determinada fase etária do ser humano, que é singular. Muitas vezes o excesso de demandas, de recursos, de atividades pode não ser promotor.

A estimulação deve ser de acordo com um processo respeitoso à natureza da criança e adolescente. A pandemia deflagrou a fragilidade e novas necessidades de um cérebro que ainda está em formação, contribuiu para a agudização de emoções, sentimentos e do sofrimento. Assim como pesquisas recentes evidenciam que os casos de transtorno mental dos jovens aumentaram, a conscientização sobre a importância da saúde mental e a redução do estigma em torno dos transtornos mentais são cruciais para ajudar os jovens.

A diferença entre veneno e remédio está na dose, como lembra Paracelso, certo? Da mesma forma, a diferença entre saúde e doença pode estar na dose da exigência e da falta. A tristeza, a ansiedade, frustrações podem ser manejadas e por isso a importância das informações confiáveis, prevenção e bons tratamentos efetivos. Se faltam cuidados, afeto, estímulos apropriados ou se excede nos fatores nocivos, assim como uso de tecnologia, isolamento e ansiedade pode acarretar em prejuízos à saúde integral.

No entanto, se a escola, pais e especialistas somarem esforços em prol tanto do desenvolvimento das habilidades socioemocionais quanto dos fatores de proteção, é possível manter a saúde mental.

***Adriana Fóz**, mestre em Ciências pelo Departamento de Psiquiatria e Psicologia Médica – Unifesp, especialista em Psicopedagogia (Instituto Sedes Sapientiae) e Neuropsicologia (CDN/Unifesp). Pedagoga, pela Faculdade de Educação da USP (Feusp), pós-graduada em Psicologia da Educação e Orientação Educacional (USP), diretora da NeuroConecte e autora de livros.*

## Tristeza, luto e depressão na infância: escutas e manejos

*\* Eduardo Lucas Andrade*

Neste mundo dos excessos e da escassez, a depressão se faz mais presente do que nunca. Na ditadura da felicidade, o sujeito que fica triste parece estar deprimido, como se a depressão tivesse sempre caricatura de tristeza. A distinção entre luto, tristeza e depressão se fará necessária para bordarmos nossas escutas e intervenções.

No tocante ao luto, tristezas e depressões que assolam as crianças, os profissionais da educação poderão auxiliar no mapeamento e na execução de encaminhamentos mais precisos e respeitosos, sem serem negligentes e negacionistas com as faces dos afetos e sofrimentos. Não se trata de dopar e tampouco de negar a existência de uma importante situação, mas sim de ter mais alternativas que respeitem a singularidade de cada pessoa.

Atrelado a este tema, adentrarei acerca do suicídio infantil, tema este de crescentes números e de urgente trato. Porém, é possível falar deste tema falando da vida de forma que toca até mesmo na poesia. O tabu e o silenciamento pesam o tema, pretendo ferramentar a escuta dos profissionais da educação para que possamos levar a saúde mental a sério e dignificá-la à condição humana dos afetos. O relacionamento cotidiano e o potente vínculo que os profissionais da educação geram com as crianças, a observância aos desenhos, atitudes e brincadeiras, são fontes de escutas transformadoras que usaremos como recursos vivazes.

A partir de um acolhimento ético e uma escuta embasada poderemos causar vida lá, onde muitas crianças no desamparo, solidão e insuportabilidade que lhes é peculiar, sofrem em demasia. Neste tema ainda contextualizaremos a nossa época, a tecnologia e seus efeitos. Podemos fazer diferença, pois educação é tema amplo e sofrendo arduamente quem aprende?

*\* Eduardo Lucas Andrade, psicanalista, membro do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos de Belo Horizonte (Ebep-BH), psicólogo, escritor e membro da Academia Bom Despachense de Letras e da Academia Inclusiva de Autores Brasilienses.*

# EDUCAÇÃO: SUJEITO OU PREDICADO?

## Professor: sujeito da educação

*\* Ulisses Ferreira de Araújo*

Os indicadores tão decantados hoje em dia sobre a qualidade educativa de países como Finlândia e Cingapura mostram uma realidade que foi construída no tecido social das relações daquelas sociedades com a educação, que a valorizam efetivamente e não apenas em períodos eleitorais. O que se percebe é que não foram indicadores como PISA, TIMMS e PIRLS que provocaram a melhoria do sistema finlandês, e sim os professores, sujeitos da educação naqueles países, com o apoio social que tiveram para educar as novas gerações. Os indicadores cumprem o seu papel de constatar e dar subsídios corretos para entender o que ocorre no seio da sociedade e, é claro, que isso se reflete nas salas de aula, na aprendizagem dos alunos e nas políticas públicas educacionais, com professores ganhando remunerações equivalentes às de um médico.

Um outro exemplo que demonstra como a sociedade finlandesa percebe o papel central da educação e, em consonância, os professores membros daquela cultura assumem as suas responsabilidades e deveres, foi a criação do “Juramento de Comenius” pelo Sindicato dos Professores da Finlândia[1]. Como o site do sindicato aponta, o Juramento de Comenius é uma diretriz ética que apoia o trabalho dos professores e serve como um lembrete de que a ética, a excelência e o engajamento são as bases da profissão docente. O juramento pode ser comparado ao Juramento de Hipócrates para médicos e ao Juramento de Arquimedes para engenheiros.

É um documento curto, simples e inspirador para qualquer educador. Ele resume um dos sonhos docentes: ter a docência como uma profissão pautada em princípios de excelência, ética e compromisso público, e com reconhecimento social semelhante às profissões de maior prestígio social, como a medicina e às engenharias.

Enfim, precisamos construir uma sociedade cujo tecido social entenda o papel da educação e dos profissionais que dela se ocupam como elementos centrais, de sujeitos essenciais, para o desenvolvimento social.

*\* Ulisses Ferreira de Araújo, professor titular da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) e presidente da PAN-PBL: Association of Problem-Based Learning and Active Learning Methods.*

## Em busca da substância das coisas

*\* Wellington Andrade*

Ao retrocedermos aos fundamentos gramaticais em torno das noções de sujeito e predicado, deparamo-nos com questões essenciais que envolvem a relação do mundo da linguagem com o mundo extralinguístico, e, por extensão, a nossa relação de indivíduos com tudo o que nos cerca por meio da palavra. “A palavra é, para o ser humano, não só sua medida de existência, como sua medida de conhecimento”, Adriano Aprigliano sobre a obra do estudioso da linguagem indiano Bhartrhari (600-651 d.C.).

As investigações da ciência gramatical, que começam na Índia no século VI a.C., passam pela Grécia de Aristóteles (384-322 a.C.) e chegam aos filósofos da linguagem de Port-Royal no século XVII da nossa era, indicam que aos conceitos de “sujeito” e “predicado” estão associados os de “substância” e “essência”, de posse dos quais a escola tem condições de analisar, criticar e contrariar o vertiginoso processo que os tempos contemporâneos vêm sofrendo de instrumentalização do saber e do espírito, que se tornam assim instâncias meramente acidentais.

Examinar algumas manifestações da essencialidade brasileira é a tarefa, seja por meio da colheita que os olhos realizam diante do conto “Substância”, de João Guimarães Rosa, seja por meio da escuta atenta da conversa com o mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo, que, no recém-lançado *A terra dá, a terra quer* (2023), semeia palavras como “biointeração”, “confluência”, “saber orgânico”, “saber circular”, “contracolonialismo” com o objetivo de que suas flores e seus frutos sirvam de antídoto contra a subserviência e a sujeição.

A tarefa da escola é formar sujeitos-subjetivos e não os sujeitos-sujeitados que o capitalismo digital enseja produzir em série. Fazendo coro com Criolo, azedar o sumo da colonização do pensamento e da sensibilidade é a meta da educação.

*\* Wellington Andrade, doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP), editor da revista Cult, bacharel em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e professor titular de Língua Portuguesa da Faculdade Cásper Líbero*

# **A REALIDADE DAS ESCOLAS PÚBLICAS E AS CONDIÇÕES PARA UNIVERSALIZAR O ACESSO E PERMANÊNCIA**

## **O lugar da educação e do aluno de direito nas representações dos docentes brasileiros**

*\* Jaqueline Moll*

A história da educação pública no Brasil é composta de muitos atrasos, postergações e descontinuidades político-administrativas. Ao longo século XX, muitos educadores e educadoras cerraram fileiras na luta pela democratização do acesso à escola elementar, na perspectiva de que a educação deixasse de ser um privilégio de berço e de sobrenome, condenando a maioria a exclusão e a precarização, no trabalho e na vida.

A partir deste contexto de fragilidade que permitiu diversas rupturas no processo democrático, agravado pelo patrimonialismo que colocou interesses privados acima de interesses públicos e comuns, a educação pública no Brasil não se estabeleceu como política universal de direito.

Ao contrário, a expansão das redes escolares de estados e municípios carregou consigo as desigualdades que marcam a organização social e econômica brasileira.

Nas brechas e contradições próprias de uma sociedade com profundos conflitos de interesse, iniciativas importantes, acompanhadas de formulações teóricas e legais, marcaram também os diferentes intervalos democráticos, trazendo para a cena pública figuras extraordinárias como Anísio Teixeira, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Maria Nilde Mascelani, Florestan Fernandes, Milton Santos, entre outros.

Sua obra, em diferentes estados da federação e em diferentes âmbitos, explicitou a possibilidade de construção de uma educação no Brasil, com as características de qualidade dos sistemas educacionais dos países desenvolvidos e em diálogo com as culturas e desafios locais.

Como este passado conversa com a realidade atual das escolas públicas e que lições podemos aprender das políticas educacionais materializadas no Brasil no período democrático recente, a partir das Diretrizes Curriculares do período 2003-2016, do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e de diferentes programas governamentais destinados a materializar a universalização do acesso e a da permanência na escola de educação básica tendo a equidade como perspectiva?

*\* Jaqueline Moll, doutora em Educação, pedagoga e professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)*

**\* Valéria A. A. de Araújo**

Tendo em vista o desafio urgente em garantir a permanência dos alunos na educação básica, em especial na rede pública de ensino, é preciso investigar as causas que levam à evasão escolar. Nessa difícil tarefa, é imprescindível conhecer a realidade das instituições públicas a partir das lentes dos professores e dos alunos, na medida em que eles são os atores centrais na sala de aula.

Em pesquisa com 2000 professores brasileiros da rede pública, os resultados apontaram que 8 em cada 10 docentes pretendem seguir na profissão, tendo a educação como central em seus projetos de vida. A investigação apontou ainda que esta atuação docente é vislumbrada pela maioria dos profissionais a partir de princípios éticos, de engajamento com a docência e em busca de uma excelência. Entrevistas com 100 desses professores sinalizaram uma diversidade de representações sobre a figura do aluno, que variam desde um receptor vazio de conhecimento a um sujeito ativo, com direitos, talentos e uma agência que o leva ao protagonismo de sua jornada acadêmica.

A partir desses resultados, podemos então questionar: De que forma o olhar dos professores sobre os seus alunos afeta o relacionamento com eles, bem como suas práticas pedagógicas? De que forma esse relacionamento e essas práticas podem favorecer a evasão ou a permanência na escola? Com base também em entrevistas com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), esta palestra busca problematizar possíveis causas para o abandono escolar e discutir oportunidades para garantir o acolhimento e o pertencimento necessários para efetivar a permanência dos alunos na educação básica.

A partir da contribuição da Psicologia da Educação, podemos refletir sobre o impacto das relações na educação e caminhos para a (res)significação dos papéis dos atores escolares em busca da construção coletiva de uma escola acolhedora, democrática e inclusiva para todos.

**\* Valéria A. A. de Araújo**, professora doutora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp) e diretora do Núcleo de Pesquisas em Novas Arquiteturas Pedagógicas.

## **PEDAGOGIA DAS MIUDEZAS**

### **A pedagogia das miudezas na educação das infâncias: tecendo uma nova pedagogia e novos mundos possíveis**

*\* Bruna Ribeiro*

Não se constrói o novo com as velhas ferramentas desgastadas das abordagens educacionais transmissivas. É preciso ousar, estar aberto a novas formas de aprender e, assim, ir construindo cotidianamente abordagens participativas que façam sentido para adultos, bebês e crianças.

A palestra tem por objetivo refletir sobre o papel da escuta como matéria-prima e sustentáculo das pedagogias participativas, refletindo, ainda, sobre uma gramática da escuta, ou seja, o corpus de conhecimentos tidos como indispensáveis para consecução de uma pedagogia da e que escuta no cotidiano das instituições de educação infantil.

Que saberes são necessários para quem busca caminhar do mero ouvir para a escuta profissional, por onde começar, como investigar o cotidiano... Essas e outras questões serão abordadas e os/as participantes serão convidados/as a acordar os “100 ouvidos” do/a educador/a e se juntarem à tessitura de uma Pedagogia das Miudezas que, por sua vez, está comprometida com a construção de novos mundos possíveis.

*\* Bruna Ribeiro, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP)*

## A ESCOLA ACABOU?

No livro *A escola tem futuro? Das promessas às incertezas*, Rui Canário reflete que a democratização do acesso à educação marcou um “tempo de promessas”, mas que, diante da “crise mundial da educação”, dá-se a falência das promessas da escola como promotora de ascensão social. Dada as mudanças no mundo do trabalho correlatas à desvalorização dos diplomas escolares, o “tempo de promessas” passou para um “tempo de incertezas”. Isso confirma a análise, numa perspectiva crítica, da tríplice relação: educação x desenvolvimento social e econômico x democracia, de que as crises da educação escolar estão intimamente ligadas às crises do capitalismo.

A conjuntura ultraliberal e ultrarreacionária torna a educação mais mercantilizada ainda e alvo de investimento ideológico da extrema-direita. A escola pública e suas(os) profissionais são atacadas(os) deliberadamente. Ademais, a inteligência artificial se apresenta como substituta do ser humano.

Nesse cenário, a pergunta (no título) é muito provocativa. Uma resposta positiva – sim, a escola acabou! – ensejaria a ideia de seu total fracasso; uma resposta negativa poderia ser compreendida como não enfrentamento dos problemas que ela precisa se haver. Num exercício de movimentar esses dois polos da resposta, problematizamos: por que é apresentada tal pergunta? A quem interessa pensar que a escola acabou? A quem interessa pensar o contrário? Ainda: o que da escola precisa acabar? Por que a escola não pode(ria) acabar?

Como fundamento de sociedades democráticas, a escola tem sua importância renovada. É necessária: no combate às ideias fascistas e na formação de subjetividades democráticas; como guardiã da ciência é imprescindível perante o negacionismo; como espaço de sociabilidade e de formação de pessoas solidárias; como lócus de formação integral humana e de promoção da justiça social e de desenvolvimento socioambiental sustentável. Enfim, equipamento público de garantia da educação como direito humano.

**\* Celso Francisco Tondin, doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e professor da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)**

# O processo de desescolarização da educação: reflexões curriculares sobre o fim da escola no Brasil

\* *Francisco Thiago Silva*

O debate sobre o fim da escola, e sobre o seu esvaziamento político, teórico e cultural não são novos, Illich (1977) já advogava por uma “sociedade desescolarizada” supostamente porque as instituições formais de ensino impunham um perverso processo de expropriação da autonomia individual dos sujeitos implicados em seu cotidiano.

Esse pensamento, extraído do seu contexto, e não situado historicamente do passado de nosso país não deve ser tomado como argumento plenamente consolidado e que não pode ser questionado, porque fomos geograficamente a maior ex-colônia portuguesa com feridas históricas mal curadas até os dias atuais e ainda vivemos recentemente, as sequelas da maior pandemia do século XXI permeada pelos avanços das ideias e políticas da extrema direita flertando escancaradamente com o “nazi-fascismo”.

Diante desse cenário concebemos questionar, com o auxílio de Young (2007), não buscando decretar, numa visão fatalista, o fim da escola ou da educação formal, tampouco advogar em favor de seu suposto papel em atuar como um espaço de legitimação dos processos de meritocracia, de des(intelectualização) e até mesmo do aumento da des(igualdade) social.

Ao contrário, a nossa proposição - do ponto de vista do campo curricular, espaço de contestação e de ideologias, na busca pelas distintas formas de organizar o conhecimento - é fomentar debates em favor da escolarização autoral, democrática e que favoreça a sua máxima função social: a aquisição plena de “conhecimentos poderosos” (negados historicamente) pelas elites mundiais que se apropriaram das culturas curriculares e impediram, ao mesmo tempo, o direito de acesso a essa escola, e a sociedade escolarizada, que não deve acabar, sobretudo, para a classe trabalhadora. Só assim, a tão sonhada emancipação começa a ser materializada.

## Referências:

ILLICH, Ivan. Sociedade sem escolas, Ed. Vozes, Petrópolis, 1977.

Young, Michael. Para que Servem as Escolas? Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007.

\* **Francisco Thiago Silva**, mestre e doutor em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) chefe do Departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Educação da UnB, professor credenciado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional (PPGE-MP) na UnB. Possui pós-doutorado em Educação (PPGE) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e é pesquisador do grupo de pesquisa Currículo: Concepções Teóricas e Práticas Educativas (CNPQ).

# 27 DE OUTUBRO DE 2023

## QUADRO DE APOIO EM AÇÃO: DESENVOLVENDO ATIVIDADES COM A COMUNIDADE

### Produção cultural como ferramenta de integração comunitária

\* *Sérgio Rizzo*

Além de ocupar os espaços escolares tradicionais, a produção de conhecimento se espalha também pelo que os jornalistas e educadores Alexandre Sayad e Sérgio Rizzo chamam, em livro a ser publicado pela Editora Aleph em 2024, de “a escola invisível”. O novo ecossistema de informações em que vivemos, marcado pelo uso de dispositivos que nos conectam uns aos outros e a inúmeras bases digitais, não deixa dúvidas sobre o alcance desse fenômeno socioeducacional.

Uma das características desse cenário no século 21 é seu aspecto “glocal”. Ao mesmo tempo em que a circulação global de informações nos torna “cidadãos do mundo”, continuamos aterrados a circunstâncias locais bem específicas, atuando nas comunidades em que vivemos e procurando transformá-las. Ser “glocal” é ter a consciência de que compartilhamos o mesmo planeta com oito bilhões de pessoas e de que, simultaneamente, nossa presença no mundo se manifesta sobretudo a partir dos laços comunitários que construímos ao longo da vida.

A produção cultural — literatura, audiovisual, música, teatro, artes visuais e dança, entre outras manifestações — nos oferece um campo privilegiado para a compreensão do “glocal”. De um lado, o atual ecossistema de informações possibilita conhecer, pela circulação de obras culturais, como agem e pensam pessoas muito distantes de nós. De outro, o modo como agimos e pensamos, traduzido em obras culturais, pode alcançar também comunidades muito afastadas da nossa. Um dos desafios dos espaços escolares tradicionais consiste em potencializar essa lógica de produção de conhecimento e desenvolver atividades que contemplem a integração comunitária, com base na produção de cultura, na fruição da cultura e na combinação criativa entre uma coisa e outra.

\* *Sérgio Rizzo*, jornalista, documentarista, mestre em Artes e doutor em Audiovisual pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), professor da Faculdade Armando Álvares Penteado (Faap) e da FIA Business School, crítico de cinema do jornal *O Globo* e diretor associado da produtora Deusdará Filmes.

## CARREIRA DO MAGISTÉRIO, PODER E AUTORITARISMO

*\* José Sérgio Fonseca de Carvalho*

O tema que nos congrega – Carreira do magistério, poder e autoritarismo – oferece um vasto leque de possibilidades e recortes. Gostaria de abordá-lo a partir do entrecruzamento de duas noções presentes em seu uso histórico: a da docência (que figura em sua etimologia pela referência à palavra “mestre” - magister) e da autoridade social a ela vinculada. Para isso recorro a uma breve contextualização histórica da noção latina de “auctoritas” e seu vínculo com a educação e, a seguir, reflito sobre as transformações históricas relativas ao ofício de ensinar no quadro das instituições escolares modernas.

Assim, as perguntas que devem guiar nossas reflexões dizem respeito, em primeiro lugar, ao sentido que o ofício docente adquire no mundo moderno, o papel do professor no mundo moderno é multifacetado e requer uma gama diversificada de habilidades e abordagens, os educadores desempenham um papel crucial na formação das mentes e no desenvolvimento das; a seguir, à crise de autoridade que emerge como fruto dessas transformações.

Partiremos, desta maneira, da distinção entre uma abordagem instrumental – que procura analisar as supostas “finalidades” do ensino – para contrastá-la com uma abordagem fenomenológica que procura apresentar o sentido e a dignidade do magistério. Por último, nossas reflexões se dirigirão para as consequências, no plano educativo, de uma ordem social na qual tanto o culto à tradição – que concede autoridade ao passado e ao mestre que a representa – como o culto à ideia iluminista de progresso– que concede autoridade ao futuro e ao professor que a encarna– já não parecem fazer sentido.

Qual pode, pois, ser o sentido da autoridade docente em uma ordem histórica marcada pelo presenteísmo? Haveria ainda alguma base sobre a qual a autoridade poderia repousar? Em uma época marcada pela rápida transformação social, que condena saberes, técnicas e valores à obsolescência, qual sentido atribuir à docência, à escola e a seus agentes sociais?

*\* José Sérgio Fonseca de Carvalho, professor titular de Filosofia da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp).*

O autoritarismo, bem como a apresentação de projetos conservadores na área da educação, tem ganhado força nos últimos anos no Brasil. Propostas como as relacionadas às Escolas cívico militares, Escola Sem Partido, Homeschooling, contra a “Ideologia de gênero”, entre outras, em certa medida são exemplos de como determinados grupos buscam exercer de forma autoritária sua visão de mundo e o papel que a Educação nela ocupa, desconsiderando as pesquisas e conquistas sociais em diferentes áreas.

Tal cenário, marcado pelo senso comum, apresenta a ideia equivocada de que o que está em debate é a defesa do conservadorismo, no intuito de conservar na sociedade determinadas concepções e modos de viver e se relacionar com o outro. Contudo, quando analisados os objetivos de tais propostas e os discursos e grupos a ela ligados, entende-se que o termo que melhor se adequa a esse movimento é o reacionarismo, como aquele “que se opõe às mudanças sociais em curso e se esforça para restabelecer situações ultrapassadas” (Cunha, 2021) imbuídos de medidas autoritárias.

Nesse contexto, a categoria docente passa a ser diretamente afetada, quer seja pelos ataques diretos à figura do professor e à instituição escolar que geram, entre outros, o medo – motor da máquina neoliberal (Ferretti, 2022), ou pela desintelectualização docente produzida pelas políticas conservadoras (Nörnberg, 2020).

Assim, busca-se refletir sobre como projetos conservadores e autoritários na área da Educação têm afetado diretamente a carreira do magistério e a própria autoridade docente. Corrobora-se com Cunha (2021) de que a ideologia reacionária, reforçada pelo golpe de Estado de 2016, “não deve ser avaliada como o destino inexorável da educação brasileira”. Os educadores são peças-chave no processo de desenvolvimento intelectual, emocional e social dos alunos, e sua contribuição não pode ser subestimada, faz-se urgente a valorização dos educadores como protagonistas na luta por uma educação emancipadora, dialógica e democrática.

*\* Luciane Muniz Ribeiro Barbosa, pedagoga, mestre e doutora em Educação pela USP, professora da Faculdade de Educação da Unicamp, no Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais (Depase).*

# A EDUCAÇÃO ESCOLAR, O IMAGINÁRIO POPULAR E A REALIDADE

## As zonas de penumbra

*\* Ana Luísa Lacombe*

Um monge muito devoto e disciplinado escutou um homem entoando mantras de forma equivocada numa ilha próxima à costa. Irritado com aquela afronta, pegou um barco determinado a ensinar a maneira correta de alcançar a espiritualidade. Levou horas fazendo o rapaz repetir frases, acertar a afinação e pronúncia, pois quem entoar mantras com fervor e precisão é capaz de andar sobre as águas. O monge saiu de lá satisfeito. Mas, mal se afastou da praia, ouviu o rapaz novamente entoando os mantras terrivelmente. Irritado, se virou para trás e, surpreso, viu o rapaz correndo sobre as águas lhe pedindo que repetisse, por favor, como era a maneira correta de entoar os mantras.

A escola há décadas vem adotando a estratégia deste monge, com muito pouca escuta dos "discípulos". Ensinar a forma correta ou despejar conteúdos não faz o menor sentido no mundo de hoje. A informação está ao alcance das mãos só que misturada a muita desinformação. Como saber discernir entre o que vale confiar ou questionar?

Conversando, problematizando, refletindo, criando espaços de troca de experiências, de buscas coletivas de informação, confrontação de conteúdos, questionamentos, verificações e escuta, escuta, escuta desses meninos e meninas que têm muito a nos dizer. Eles têm suas "casas de palavras" (REYES) e precisamos criar possibilidades de ampliá-las, mas a partir da escuta, pois mesmo que tenhamos um código em comum cada ser humano vai se apropriando do código por meio de suas próprias experiências vitais e costuma produzir seus significados para além de um dicionário, mediante uma trama complexa de relações e de histórias. Assim, sob os rótulos, a linguagem que habitamos oculta zonas privadas e pessoais. Junto a essas zonas iluminadas existem grandes zonas de penumbra. (2012, p.24)

Nessas zonas está o Imaginário, criado pela imaginação e que só nela tem existência, mas que constrói mundos.

Referências: REYES, Yolanda. *Ler e Brincar, Tecer e Cantar - Literatura, escrita e educação*. 1a. edição. Editora Pulo do Gato. São Paulo. 2012.

*\* Ana Luísa Lacombe, artista, escritora e educadora.*

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ESCOLA SEM BARREIRAS

## A educação para um mundo novo e o desafio do cuidado da saúde mental dos(as) professores(as)

*\* Carlos Eduardo Carrusca Vieira*

É possível discutir a qualidade dos processos de ensino-aprendizagem sem, ao mesmo tempo, colocar no centro de nossas reflexões a qualidade das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores, que, junto com os alunos, são protagonistas desses processos?

Com base nesse questionamento provocativo, objetivamos refletir sobre a temática do trabalho docente e suas relações com os processos de saúde e adoecimento psíquico. Garantir condições de trabalho adequadas e cuidar da saúde mental dos trabalhadores é um desafio nos tempos atuais e, em particular, no campo educacional.

A mercadorização da educação, a precarização do trabalho docente e a adoção de uma lógica neoliberal nos contextos educacionais têm resultado em prejuízos para a saúde dos professores e para a qualidade do trabalho docente e seus frutos. Além disso, cotidianamente, docentes têm experimentado violências relacionadas ao trabalho, que apresentam dimensões estruturais e interseccionais, marcadas por "raça", sexo/gênero e classe. São todas vivências laborais que podem resultar em traumas psicológicos, afastamentos, readaptações funcionais, entre outros problemas. Ainda assim, em condições tão adversas, verifica-se por parte de docentes a tentativa de cuidar do seu ofício, em uma dimensão ético-política que se orienta por valores, para o cuidado do outro e para um projeto de sociedade mais justa, pacífica e democrática.

Há, porém, muito a ser feito, considerando que professores e professoras, ainda não conseguiram constituir uma organização efetiva que fosse capaz de modificar profundamente o trabalho e adaptá-lo aos trabalhadores, em contraposição à lógica capitalista e neoliberal que constrange, de várias maneiras, a atividade laboral. Urge, portanto, refletir sobre a educação para um mundo novo, situando a saúde dos trabalhadores docentes no centro de nossas reflexões.

*\* Carlos Eduardo Carrusca Vieira, professor do programa de pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).*

## **Educação para todos e para cada um: trajetória, concepções e práticas**

*\* Miriam Esperidião de Araújo*

A educação inclusiva é um direito fundamental para todos os cidadãos. A diferença e a contradição constituintes das sociedades humanas estão presentes na comunidade educativa e revelam-se na coexistência de diferentes objetivos, interesses, contextos, culturas, valores, saberes, agentes, trajetórias, experiências.

Caminhar para equidade e lutar por uma sociedade inclusiva pressupõe reconhecer que há um olhar para a diferença que exclui. O conceito de educação inclusiva é mais abrangente e engloba o da educação especial, pois diz respeito a todas as formas de diversidade, como raça, gênero, orientação sexual, religião e condições socioeconômicas. Um ambiente escolar/educativo que possibilite a inclusão precisa abarcar e fomentar a diversidade das formas de aprender, dos processos cognitivos, sociais, emocionais, culturais e intencionais dos estudantes.

De modo geral, a inclusão só pode acontecer em um contexto educativo que estimule a cooperação, a empatia, a expressão, a democracia, que valorize as potencialidades individuais e o respeito mútuo. Essas experiências são tão necessárias, quanto a aquisição de conteúdos formais, pois preparam os estudantes para a vida. Nessa direção, além das estratégias voltadas para o desenvolvimento de competências socioemocionais, atualmente fomentadas na BNCC (Brasil, 2018) e no Currículo da Cidade (São Paulo, 2019), a Teoria do Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) tem sido apontada em diversos estudos como um recurso eficaz para a inclusão educacional.

Para a construção de um ambiente educacional efetivamente inclusivo, precisamos repensar o sistema educativo, identificando e removendo barreiras para a construção de uma sociedade mais inclusiva e diversa, garantindo o direito que é de todos os cidadãos (Constituição de 1988).

*\* Miriam Esperidião de Araújo, doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp), mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da USP (IP-USP), professora e coordenadora do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão da Universidade Anhembi Morumbi.*

## **CUIDAR E EDUCAR PARA ALÉM DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**\* Ana Paula Dini**

A Educação Infantil, com a Constituição Federal/88, Lei de Diretrizes e Bases da Educação/96, é etapa da educação básica, sendo assim é reconhecida como direito da criança e dever do Estado e da família. Recentemente, a Emenda Constitucional 59/09 determinou a obrigatoriedade da educação básica dos 4 aos 17 anos. Portanto, consagra a matrícula obrigatória das crianças de 4 e 5 anos.

Ao longo do tempo, muitas foram as concepções pedagógicas que permearam o processo educacional nas escolas de Educação Infantil. Muitas dessas concepções estão ultrapassadas, pois se centravam na figura do adulto e desconsideravam que a infância é uma construção histórico-social. Na atualidade, há muitos avanços, bebês e crianças são considerados na sua inteireza e o fazer infantil e sua produção cultural dialogam diretamente com o currículo.

Nesse caso, há dois elementos interligados e indissociáveis: o cuidar e o educar, que, segundo o Currículo Integrador da Infância Paulistana, “se iniciam na Educação Infantil, mas são ações destinadas a crianças a partir do nascimento que devem ser estendidas ao ensino fundamental e médio”.

Em face desses novos contornos conceituais, a concepção que vincula o “cuidar e educar” como inerentes e indissociáveis ao processo e prática educativa, no qual as vivências, experiências, emoções e conhecimentos construídos pelas crianças junto das famílias e comunidade, devem ganhar voz e serem articulados na proposta educativa, a fim de potencializar e consolidar novas aprendizagens, considerando toda a dimensão humana.

Cuidar e educar significa entender a criança, o adolescente como alguém que precisa se desenvolver para além dos projetos do educador. O educando tem um potencial individual e a escola precisa acolher dando espaço para que ele seja por ele mesmo, ensinando e vivenciando os limites, exercitando uma linguagem que a valorize, que a faça se descobrir e atividades que envolvam a imaginação, a criatividade, a fantasia, a alegria, o entusiasmo, a problematização, a ação e a iniciativa.

*\* Ana Paula Dini, doutora e mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp) e especialista em educação infantil também pela Feusp. Graduada em Língua e Literatura Portuguesa pela FFLCH-USP, especialista em educação parental e inteligência emocional.*

# CIBERCULTURA E EDUCAÇÃO: TEMPO DE TRANSFORMAÇÃO

**\* Glauca da Silva Brito**

A cibercultura e a educação são duas esferas da sociedade contemporânea que estão intrinsecamente interligadas. À medida que a tecnologia digital se torna uma parte fundamental de nossas vidas, a forma como aprendemos, ensinamos e nos relacionamos com o conhecimento está passando por uma profunda transformação.

Isto implica na construção de novas formas de nos relacionarmos com o outro na escola e passarmos a entender que quem está conectado na rede, envolvido na “modalidade ubíqua” (SANTOS, 2014), não pode mais ser entendido como isolado, está unido por discursos, culturas, sentidos que o demandam e o formam como sujeito do e no ciberespaço, da e na cibercultura.

Partindo dessa mesma premissa de rede, chegamos ao que Lévy denomina de cultura do ciberespaço, ou “cibercultura”; “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (LÉVY, 1999, p.17).

Com a pandemia de Covid-19 a escola foi lançada ao ciberespaço e com a obrigação de se reconfigurar, que para Nóvoa (2022) a situação foi “dramática provocada pela COVID-19 obrigou-nos a dar respostas imediatas, urgentes, sem a necessária preparação e reflexão”.

Dentro desta lógica, nos questionamos, a escola passou pelas três leis da cibercultura propostas por Lemos (2003) para se habitar o ciberespaço? A escola se reconfigurou? Deixaram a escola se reconfigurar? Refletirmos sobre estas leis e avaliar a escola e sua comunidade faz-se necessário, são elas: a Lei da Reconfiguração, a lei da Liberação do polo de emissão e a lei da Conectividade generalizada.

**\* Glauca da Silva Brito**, professora doutora titular, da Universidade Federal do Paraná. Atua na graduação de Comunicação Social e na pós-graduação em Educação. Pesquisadora em Tecnologias na Educação, Educação a Distância, Formação do professor, Inclusão digital. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Professor, Escolas e Tecnologias Educacionais (Geppete) /UFPR.

## Desafios contemporâneos para a educação

*\* Frank Viana Carvalho*

Ocorreram ao longo dos últimos anos alterações na postura docente e discente face às revoluções estruturais contínuas da sociedade, que deveriam fazer-nos repensar nossas práticas: os meios digitais de comunicação e educação, a inteligência artificial (IA), os programas de inclusão, o aumento do acesso à educação, as redes sociais e seu impacto no modo de ser, a pós-verdade e as fake-news, o avanço da tecnologia em todos os setores, a diversidade, o tratamento da questão quantidade e qualidade na educação, a sociedade coletiva face ao individualismo do mundo moderno, a competição predatória diante da necessidade real de cooperação e colaboração.

Diante de tudo isso, faz-se necessário cada vez mais pensarmos em modelos e estratégias inovadoras que enfatizem a criatividade, a transformação, a autonomia e o protagonismo do sujeito, a ajuda mútua, a autoeficácia, a criticidade, a partilha, a cooperação e a solidariedade pensadas como posturas modernas em termos de didática e metodologia para a prática docente e aprendizado discente.

Sabemos que a educação por si só não pode modificar todos os problemas da sociedade, mas sem ela nenhuma grande modificação se faz.

Assim, em contextos de modernidade, qual prática se reflete na educação, na escola, nos espaços educativos, em sala de aula, em casa? Qual prática se reflete nos contextos educativos? Se temos clareza de que, ao mesmo tempo em que a educação é determinada por um contexto social mais amplo, ela também pode representar e colaborar para a transformação do contexto imediato, logo, professores conscientes podem e devem buscar a inovação, idealmente todos deveriam fazer a aplicação de modernas estratégias para alcançar seus alunos no contexto da modernidade. Mas um fator é decisivo nessa reflexão: estar pronto para a mudança. Trata-se de uma tarefa complexa, que implica o debruçar-se sobre o real e vivenciar a realidade da transformação do mundo, da sociedade, dos alunos, da escola e, porque não,<sup>1</sup> da práxis pedagógica, da prática docente.

*\* Frank Viana Carvalho, mestre, doutor e pós-doutor em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), pedagogo e mestre em Educação pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (Unasp).*

# INCLUSÃO E COMUNIDADES ESCOLARES: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS PARA UM PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INCLUSIVO

*\* Celso dos S. Vasconcellos*

O projeto político-pedagógico (PPP) é o plano global da instituição, é uma espécie de documento de identidade, a referência maior, de todas as atividades que se dão na escola. É a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se objetiva e se aperfeiçoa na caminhada (através da avaliação), a partir de uma clara intencionalidade (marco referencial), de uma leitura crítica da realidade (diagnóstico), e da definição da ação educativa que se vai realizar (programação), para diminuir a distância entre o que desejamos e o que estamos sendo.

O PPP, antes de tudo, é uma espécie de Carta de Princípios onde, coletivamente, é expressa uma matriz axiológica, um conjunto de valores básicos que deve orientar as práticas, a maneira de ser da escola. A questão dos valores é absolutamente fundamental, uma vez que não é possível pensar-se com rigor a existência humana sem um conjunto de valores de referência. Pode-se questionar a relevância dos valores assumidos, sua consistência ou seu grau de coerência, mas não sua presença na vida concreta das pessoas e das instituições. Valor é um fim, algo para o qual a ação humana pode e deve se dirigir, aquilo que “vale a pena.

A Inclusão é um valor fundamental do PPP, e deve ser entendida em suas múltiplas e articuladas dimensões, desde a questão da pessoa com deficiência, da diversidade humana em geral, até a questão teórico-metodológica, dos projetos de vida dos estudantes e dos educadores, do seu fundamento e do futuro.

*\* Celso dos S. Vasconcellos, doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), pedagogo, filósofo, pesquisador, escritor, conferencista e responsável pelo Libertad - Centro de Pesquisa, Formação e Assessoria Pedagógica.*

# REDES SOCIAIS E ESCOLA: EXPERIÊNCIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO CIDADÃ CONTEMPORÂNEA

*\* Paulo Sérgio Storace Rota*

Vivemos tempos do Capitalismo de Plataformas e Capitalismo de Vigilância. Em que consiste essas mudanças? O que mudou no contexto contemporâneo das relações sociais? Como lidar com o Colonialismo de dados e ter uma prática pedagógica decolonial? A realidade digital está transformando, tomando conta e redefinindo tudo que era familiar e conhecido, e isso, antes mesmo de termos tido a chance de compreender, ponderar e decidir sobre a situação. Agora, os grupos sociais se complexificam e, além do proletariado, sob a lógica neoliberal, temos o surgimento do cognitariado.

Ao mesmo tempo que celebramos o mundo conectado por causa das muitas maneiras pelas quais ele enriquece nossas capacidades e perspectivas, temos que lidar com novos grandes territórios de ansiedade, perigo e violência conforme o senso de um futuro previsível se esvai por entre os nossos dedos. Não raro os adolescentes apresentam apreço pelas distopias. Como desenvolver práticas pedagógicas que tragam uma afirmação da vida nesse contexto em que questões de saúde mental estão em escala de epidemia?

O que é e como a cognição distribuída pode nos ajudar a compreender o uso das redes sociais na escola? Como negociamos nossas vidas com os objetos e as redes sociotécnicas? Quais os usos que crianças e jovens fazem das redes sociais? O Chat GPT pode ser um aliado no desenvolvimento da aprendizagem de sala de aula? De que modo? Promover aprendizagens e formação crítica para as mídias não enfrenta todas as doenças digitais, mas deve ser um caminho inicial. Como nos referenciar em John Dewey e Paulo Freire para desenvolver práticas pedagógicas que enfrentem os desafios contemporâneos? Quais práticas pedagógicas desenvolvam o pensamento crítico e promovem a aprendizagem escolar e que façam sentido para os (as) estudantes?

Como afirma José Moran: “Não basta colocar os alunos na escola. Temos de oferecer-lhes uma educação instigadora, estimulante, provocativa, dinâmica, ativa desde o começo e em todos os níveis de ensino”.

*\* Paulo Sérgio Storace Rota, mestre em Educação e Tecnologia no Programa de Tecnologias da Inteligência e Design Digital (TIDD), pós-graduado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), autor dos livros de Projeto de vida, Novas práticas para ensino médio - Sociologia e Protagonismo juvenil.*

## Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo

Avenida Santos Dumont, 596 - CEP 01101-000 - Luz - São Paulo - SP  
Fone 3329-4500 – www.sinpeem.com.br – e-mail: sinpeem@sinpeem.com.br

### DIRETORIA

Presidente -----	Claudio Fonseca
Vice-presidente -----	José Donizete Fernandes
Secretário-geral -----	Cleiton Gomes da Silva
Vice-secretário-geral -----	Joeferson Faccin José de Almeida
Secretária de Finanças -----	Doroty Keiko Sato
Vice-secretária de Finanças -----	Cleonice Helena Oliveira da Silva
Secretário de Administração e Patrimônio -----	Josafá Araújo de Souza
Secretária de Imprensa e Comunicação -----	Valéria de Jesus Silva
Vice-secretário de Imprensa e Comunicação -----	Edivaldo dos Santos Nascimento
Secretária de Assuntos Jurídicos -----	Lílian Maria Pacheco
Vice-secretário de Assuntos Jurídicos -----	Romildo Rodrigues da Conceição
Secretária de Formação -----	Patrícia Pimenta Furbino
Vice-secretária de Formação -----	Laura de Carvalho Cymbalista
Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais -----	Célia Cordeiro da Costa
Secretária de Política Sindical -----	Lourdes Quadros Alves
Secretário de Assuntos do Quadro de Apoio -----	José Corsino da Costa
Vice-secretária de Assuntos do Quadro de Apoio -----	Nilde Barbosa Costa
Secretária de Seguridade Social/Aposentados -----	Luzinete Josefa da Rocha
Secretária para Assuntos da Mulher Trabalhadora -----	Vanessa Couto da Silva
Secretário de Políticas Sociais -----	João Batista Magalhães Paes de Barros Filho
Secretária de Saúde e Segurança do Trabalhador -----	Shirlei Aparecida Rodrigues Sousa Araújo
Secretário Antirracista e da Diversidade -----	João Baptista Nazareth Jr.
Secretária de Assuntos da Primeira Infância -----	Michele Rosa Oliveira
Secretário de Organização Regional -----	Juliano Godoi

### DIRETORES REGIONAIS

Ana Lúcia Gama Marques - Cláudia Cristina Alves de Souza - Diogo Mautone da Silveira  
Flávia Cristina Alves de Jesus - Francisco Livino de Noronha Neto - Lucas Antonio Nizuma Simabukulo  
Maria Cristina de Jesus Novaes - Nelson Luiz Gimenes Galvão - Raquel Macedo Urias dos Santos  
Renato Rodrigues dos Santos - Ricardo Cardoso de Moraes - Sabrina Teixeira - Silvana Zuculin

